



CONTRATO Nº 37/2020

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE IBEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, com sede a Av. Ney Euirson Napoli, 1426, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE de um lado, e de outro **SDS CASCAVEL SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 23.902.949/0001-82, com sede em a Rua Paraguai, 1305, sala 1, Centro, Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Processo de Dispensa de Licitação nº 08/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EFETUAR CONSULTA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os serviços:

1.1 - **Consiste a consulta pública em dois aspectos:**

- a - **Levantamento dos setores problemáticos das áreas urbana e rural**
- b - **Avaliação de desempenho de cada uma das secretarias da Administração Municipal, quanto as ações desenvolvidas por cada qual**

→ Devem ser consultados os Munícipes quanto a:

- Aprovação do trabalho executado em relação ao cidadão
- Avaliação das ações desenvolvidas frente a pandemia
- Aprovação das ações desenvolvidas pelas secretarias municipais
- Devem ser ouvidas no mínimo 400 pessoas, sendo dividido entre cidade e interior, cada qual na proporção que represente no total da população;
- A contratada deverá realizar o serviço dentro dos padrões que garantam a lisura do processo e credibilidade das informações obtidas.
- Deverá ser fornecido pelo menos um exemplar devidamente encadernado e paginado, composto por representações numéricas e gráficas dos dados coletados
- A empresa deverá elaborar questionário, com quantidade de questões condizentes com os objetivos da consulta, devendo serem aprovadas pela administração municipal antes do trabalho de campo, para que se tenha alcançado o objetivo do trabalho e de fato possa nortear ações da administração pública

### CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO

# IBEMA

RESILIENTE



## CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento será efetuado em até 30 dias após a conclusão e entrega dos trabalhos, mediante emissão de Nota fiscal acompanhada dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo do Responsável Técnico pelo acompanhamento da contratante.
- Certificado de regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certificado de regularidade de tributos Estaduais;
- Certificado de regularidade de tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- CNDT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do serviço.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os recursos destinados ao pagamento dos serviços de que trata o presente contrato, são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

### 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### 04.01 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### 04.122.0002.2.006 – Gestão Administrativa e Financeira

3.3.90.39.00 (034) – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte de Recurso 000.

3.3.90.39.00 (035) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte de Recurso 504.

3.3.90.39.00 (036) – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte de Recurso 510.

3.3.90.39.00 (037) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte de Recurso 511.

3.3.90.39.00 (470) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte de Recurso 3504.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos serão realizados através de transferência on-line para a conta corrente bancária da Contratada.

## CLÁUSULA QUARTA – PRAZO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após recebimento da solicitação emitida pela municipalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) dias.

## CLÁUSULA QUINTA – MULTA

Se, no término do prazo contratual os serviços não estiverem sido executados, será





PREFEITURA DO MUNICÍPIO

# IBEMA

RESILIENTE



aplicada à CONTRATADA por dia de atraso, a multa de R\$ 1.000,00 (Mil Reais). Para o cálculo dos dias de atraso serão considerados os abonos homologados.

## CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses;

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
- c) Se a CONTRATADA, sem previa autorização do MUNICÍPIO, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) e os demais mencionados no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA, indenizará o MUNICÍPIO por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso do MUNICÍPIO precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, além das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Nenhum serviço fora do contratado poderá ser realizado, sem que haja interesse manifesto da Contratada.
- b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos de obras com o MUNICÍPIO, além das penalidades previstas no Artigo nº 87 da Lei 8.666/93.
- c) a CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

### DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO

# IBEMA

## RESILIENTE



(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no pregão e na(s) proposta(s) da empresa contratada são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.


**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumida pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos, renovação e normas gerais de serviços.


### CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença de 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

IBEMA, 20 de maio de 2020.

  
**MUNICÍPIO DE IBEMA**  
Adelar Antonio Arrosi  
CPF: 313.957.679-04

  
Osmer Daga  
Fiscal do Contrato

  
**SDS CASCAVEL SER. DE PESQ. LTDA**  
Gilson Célio Ziemniczak  
CPF: 018.866.849-79

  
Adriana Santos de Souza  
Gestora do Contrato





## EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2020

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBEMA**

**CONTRATADA: SDS CASCAVEL SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 23.902.949/0001-82, com sede em a Rua Paraguai, 1305, sala 1, Centro, Cascavel, Estado do Paraná.

**OBJETO - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EFETUAR CONSULTA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO.**

**PRAZO – 15 (quinze) dias.**

**VALOR - R\$ 3.000,00 (Três mil reais).**

**DISPENSA: 08/2020**

**DATA DO CONTRATO: 20 de maio de 2020.**



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2020**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBEMA**

**CONTRATADA: SDS CASCAVEL SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 23.902.949/0001-82, com sede em a Rua Paraguai, 1305, sala 1, Centro, Cascavel, Estado do Paraná.

**OBJETO - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EFETUAR CONSULTA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO.**

**PRAZO – 15 (quinze) dias.**

**VALOR - R\$ 3.000,00 (Três mil reais).**

**DISPENSA: 08/2020**

**DATA DO CONTRATO: 20 de maio de 2020.**